

Escola de Administração Fazendária

CONCURSO PÚBLICO PARA
AUDITOR-FISCAL DA RECEITA
FEDERAL - AFRF-2000

PROVA A.3 – Gabarito 1 - APLICADA EM 14/01/01 (DOMINGO - MANHÃ)

Área: AUDITORIA

GABARITO (antes dos recursos)

GABARITO 1		GABARITO 2		GABARITO 3		GABARITO 4	
01 - D	31 - C	01 - E	31 - A	01 - B	31 - C	01 - B	31 - C
02 - E	32 - D	02 - E	32 - E	02 - A	32 - E	02 - C	32 - D
03 - A	33 - A	03 - A	33 - C	03 - C	33 - C	03 - E	33 - E
04 - B	34 - B	04 - C	34 - D	04 - E	34 - B	04 - A	34 - A
05 - A	35 - D	05 - D	35 - E	05 - A	35 - A	05 - C	35 - E
06 - B	36 - A	06 - B	36 - A	06 - C	36 - E	06 - E	36 - A
07 - D	37 - C	07 - D	37 - E	07 - B	37 - D	07 - B	37 - C
08 - B	38 - A	08 - C	38 - D	08 - E	38 - A	08 - E	38 - A
09 - C	39 - B	09 - E	39 - A	09 - A	39 - A	09 - A	39 - B
10 - D	40 - E	10 - C	40 - D	10 - E	40 - E	10 - D	40 - C
11 - C	41 - B	11 - A	41 - C	11 - D	41 - C	11 - A	41 - B
12 - B	42 - A	12 - D	42 - D	12 - D	42 - A	12 - E	42 - A
13 - A	43 - D	13 - C	43 - C	13 - A	43 - E	13 - C	43 - E
14 - C	44 - C	14 - A	44 - B	14 - D	44 - B	14 - B	44 - B
15 - D	45 - C	15 - E	45 - A	15 - C	45 - A	15 - B	45 - C
16 - B	46 - E	16 - D	46 - C	16 - E	46 - D	16 - D	46 - A
17 - C	47 - A	17 - A	47 - B	17 - D	47 - D	17 - E	47 - B
18 - E	48 - D	18 - D	48 - D	18 - B	48 - E	18 - C	48 - D
19 - C	49 - E	19 - C	49 - A	19 - C	49 - B	19 - D	49 - B
20 - C	50 - B	20 - B	50 - B	20 - D	50 - C	20 - A	50 - B
21 - D	51 - D	21 - A	51 - D	21 - E	51 - A	21 - C	51 - C
22 - E	52 - E	22 - E	52 - C	22 - D	52 - C	22 - D	52 - D
23 - D	53 - E	23 - B	53 - A	23 - C	53 - B	23 - D	53 - C
24 - A	54 - C	24 - B	54 - B	24 - E	54 - D	24 - B	54 - E
25 - B	55 - D	25 - A	55 - A	25 - C	55 - B	25 - C	55 - A
26 - E	56 - E	26 - D	56 - E	26 - B	56 - E	26 - D	56 - D
27 - D	57 - A	27 - B	57 - E	27 - C	57 - C	27 - E	57 - C
28 - B	58 - B	28 - A	58 - B	28 - B	58 - B	28 - A	58 - A
29 - E	59 - D	29 - C	59 - E	29 - A	59 - E	29 - C	59 - D
30 - A	60 - B	30 - B	60 - D	30 - E	60 - D	30 - A	60 - E

PROVA A.3 – Auditoria - VERSÃO 1 - Gabarito 1 - APLICADA EM 14/01/01 (DOMINGO)

AUDITORIA

- 01- De acordo com a NBC-T-10 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, na elaboração de demonstrações contábeis pelas entidades sem fins lucrativos, a conta Capital deve ser substituída pela expressão:
- Dotação dos Patrocinadores
 - Capital Filantrópico
 - Dotação Inicial
 - Patrimônio Social
 - Patrimônio Filantrópico
- 02- A republicação das demonstrações contábeis não será necessária, conforme a NBC-T-6 - Da Divulgação das Demonstrações Contábeis quando
- forem elaboradas em desacordo com os princípios fundamentais de contabilidade.
 - forem elaboradas apenas com infringência de normas de organismos reguladores.
 - não forem divulgadas informações relevantes para o correto entendimento das demonstrações contábeis.
 - as informações constantes nas demonstrações contábeis forem consideradas insuficientes para o seu correto entendimento.
 - a assembleia de sócios acionistas alterar a destinação de resultado proposto pela administração da entidade.
- 03- Constitui infringência ao Código de Ética Profissional do Contabilista e, portanto, é vedado ao auditor independente de demonstrações contábeis no desempenho de suas funções:
- Valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse no montante de honorários profissionais estabelecidos para a contratação.
 - Transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro contabilista, mesmo com a anuência do cliente, por escrito.
 - Transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro contabilista, mantendo, porém, sempre como sua a responsabilidade técnica.
- d) Comunicar ao cliente, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão de contratação dos seus serviços profissionais.
- e) Indicar títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.
- 04- Ao definir a responsabilidade do auditor independente de demonstrações contábeis quanto a fraudes e erros, o Conselho Federal de Contabilidade entende que:
- O auditor é responsável pela prevenção de fraudes ou erros, de efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da entidade auditada.
 - O auditor não é responsável nem pode ser responsabilizado pela prevenção de fraudes ou erros relevantes nas demonstrações contábeis.
 - O auditor é responsável pela detecção de fraudes ou erros incorridos, independentemente dos valores monetários envolvidos.
 - Ao detectar a fraude o auditor tem a obrigação de comunicar a administração da entidade auditada e ressaltar o seu parecer.
 - A sugestão de medidas corretivas de fraudes ou erros não é responsabilidade do auditor, bastando ressaltar seu parecer.
- 05- Assinale a opção que não representa um dever do auditor independente, de acordo com a Instrução nº 308/99, da Comissão de Valores Mobiliários:
- Comunicar à Comissão de Valores Mobiliários, no prazo de vinte dias, a substituição por outro auditor, com justificativa e anuência da mudança.
 - Verificar se as informações financeiras do relatório da administração estão em consonância com as demonstrações contábeis auditadas.
 - Elaborar e encaminhar à administração relatório circunstanciado que contenha observações a respeito de deficiências dos controles internos.

- d) Indicar os efeitos no dividendo obrigatório e no lucro ou prejuízo por ação, sempre que emitir parecer de auditoria com ressalva ou adverso.
- e) Verificar se as demonstrações contábeis e o parecer de auditoria foram divulgados nos jornais em que seja obrigatória a sua publicação.
- 06- A possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas é denominada:
- a) Risco de detecção
 - b) Risco de auditoria
 - c) Risco inerente
 - d) Risco de controle
 - e) Risco sistêmico
- 07- As informações que serviram de base para o último parecer sobre demonstrações contábeis emitido pelo auditor independente que tenha sido precedido:
- a) Não podem ser divulgadas para o auditor sucessor, em nenhuma circunstância, sob pena de quebra de sigilo profissional.
 - b) Devem ser divulgadas para o auditor sucessor, independente de autorização da entidade auditada, conforme determinam as normas.
 - c) Podem ser divulgadas para o auditor sucessor, desde que o Conselho Regional de Contabilidade autorize formalmente.
 - d) Podem ser divulgadas para o auditor sucessor, desde que a entidade auditada autorize previamente, por escrito.
 - e) Devem ser compulsoriamente divulgadas para o auditor sucessor, sob pena de este emitir parecer com ressalva por limitação de escopo.
- 08- Assinale a circunstância que requer modificação relevante no Relatório de Revisão Especial das Informações Trimestrais (ITR), emitido pelo auditor independente:
- a) Falta de observação das contagens físicas dos estoques.
 - b) Omissão de fatos relevantes nas notas explicativas.
 - c) Não-obtenção de respostas de circularizações de clientes.
 - d) Falta de aplicação de testes de comprovação de transações.
 - e) Não-obtenção de respostas de circularizações de advogados.
- 09- O Conselho Federal de Contabilidade entende que a continuidade normal das atividades da entidade auditada fica evidente:
- a) 6 meses após a data das demonstrações contábeis.
 - b) 6 meses após a data da emissão do parecer.
 - c) 1 ano após a data das demonstrações contábeis.
 - d) 1 ano após a data da emissão do parecer.
 - e) 1 mês após a data da assembleia de acionistas.
- 10- A conclusão quanto à ocorrência efetiva de uma transação contábil é um dos objetivos do auditor para a aplicação dos:
- a) testes de cálculos
 - b) testes de observância
 - c) testes de abrangência
 - d) testes substantivos
 - e) testes de procedimentos
- 11- O pedido de confirmação (circularização) no qual o auditor solicita que o destinatário responda apenas se a informação está errada é usualmente denominado na atividade de auditoria independente:
- a) Positivo
 - b) Em branco
 - c) Negativo
 - d) Em preto
 - e) Com divergência
- 12- Para verificar a existência, efetividade e continuidade dos controles internos da entidade, o auditor independente de demonstrações contábeis aplica:
- a) Testes substantivos
 - b) Testes de observância
 - c) Testes de revisão analítica
 - d) Testes de abrangência
 - e) Testes de conferência de cálculos
- 13- O procedimento de auditoria de verificação do comportamento de valores relevantes, mediante índices, quocientes e outros meios, visando identificar tendências ou situações anormais, denomina-se:
- a) Revisão analítica
 - b) Observação

- c) Investigação e confirmação
d) Conferência de cálculo
e) Inspeção
- 14- A técnica de amostragem estatística em que se divide a população em subgrupos homogêneos, visando, por exemplo, diminuir o tamanho da amostra é denominada:
- a) amostragem por conglomerado
b) amostragem sistemática
c) amostragem estratificada
d) amostragem por julgamento
e) amostragem não-probabilística
- 15- O conjunto de parâmetros formado pela confiança, precisão, desvio-padrão da população e tamanho da população determina o:
- a) Desvio-padrão normal
b) Intervalo de confiança
c) Erro-padrão da média
d) Tamanho da amostra
e) Gerador de números aleatórios
- 16- O termo estatístico que define o maior valor que um auditor poderia considerar irrelevante na auditoria de uma determinada rubrica contábil denomina-se:
- a) Desvio-padrão
b) Precisão
c) Variância
d) Intervalo de confiança
e) Erro-padrão
- 17- Assinale a afirmativa falsa.
- a) A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que examina a integridade, adequação e eficácia dos controles internos da entidade.
b) A auditoria interna é de competência exclusiva de Contador, devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade.
c) Os trabalhos do auditor interno não podem ser utilizados pelo auditor de demonstrações contábeis, para não afetar a independência deste último.
d) O auditor interno pode obter provas suficientes para fundamentar suas opiniões através da aplicação de testes substantivos.
- e) O auditor interno tem como obrigação assessorar a administração no trabalho de prevenção de fraudes e erros.
- 18- No processo de avaliação do sistema contábil e de controles internos, o auditor pode constatar necessidades de aprimoramentos. Nessa circunstância, o auditor independente:
- a) não deve fazer sugestões de maneira formal, tão-somente verbal
b) pode efetuar sugestões relevantes para o aprimoramento do sistema
c) está impedido de efetuar sugestões de qualquer espécie
d) não pode efetuar sugestões, sob pena de perder a independência
e) deve efetuar sugestões objetivas para tais aprimoramentos
- 19- A estrutura organizacional da entidade e os métodos de delegação de autoridade e responsabilidade devem ser considerados pelo auditor independente na:
- a) avaliação dos procedimentos de controle
b) avaliação da continuidade operacional
c) avaliação do ambiente de controle
d) verificação das transações com partes relacionadas
e) verificação das contingências trabalhistas
- 20- O auditor deve considerar em seu parecer os efeitos de transações e eventos subseqüentes relevantes ocorridos:
- a) entre as datas do balanço e a de convocação da assembléia de acionistas
b) entre as datas do balanço e a de publicação nos jornais
c) entre as datas do balanço e a de emissão do seu parecer
d) somente até 30 dias após a data de encerramento do balanço
e) somente até a data de conclusão dos exames de passivos
- 21- Para certificar-se que direitos de crédito efetivamente existem em determinada data, o auditor independente utiliza, principalmente, o procedimento de:

- a) conferência de cálculo dos créditos
b) observação de processo de controle
c) inspeção de ativos tangíveis
d) confirmação junto aos devedores
e) revisão analítica dos recebíveis
- 22- A confirmação de assinaturas autorizadas é um procedimento usual de auditoria aplicado:
- a) nos Investimentos
b) nas Contas a Receber
c) nas Contas a Pagar
d) no Ativo Imobilizado
e) no Disponível
- 23- A auditoria das doações e subvenções para investimentos é realizada na seguinte área do balanço:
- a) Despesas Antecipadas
b) Ativo Diferido
c) Contas a Pagar
d) Patrimônio Líquido
e) Receitas e Despesas
- 24- Assinale a opção que não representa uma obrigação do auditor, segundo a NBC-T-1 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.
- a) empregar técnicas de amostragem estatística
b) confirmar valores expressivos de contas a pagar
c) confirmar valores expressivos de contas a receber
d) avaliar o sistema contábil e de controles internos
e) acompanhar inventário físico de itens de valor expressivo
- 25- A empresa auditada possui investimento permanente relevante em subsidiária integral. O principal procedimento de auditoria aplicável é:
- a) conferência do cálculo da correção monetária integral
b) conferência do cálculo de equivalência patrimonial
c) confirmação dos investimentos através de circularizações
d) acompanhamento de inventário físico das cautelas de ações
e) exame dos subsídios recebidos para investimentos
- 26- Assinale o melhor procedimento técnico de auditoria para certificar a adequação do saldo contábil da depreciação acumulada:
- a) Inspeção
b) Observação
c) Investigação e Confirmação
d) Revisão Analítica
e) Cálculo
- 27- A confirmação, por escrito, de um fornecedor que mantém estoques da empresa auditada em seu poder na data-base do balanço:
- a) É um procedimento que não deve ser aplicado na auditoria contábil de estoques.
b) Não pode ser aceito pelo auditor como prova de propriedade e existência do ativo.
c) Deve obrigatoriamente ser validado com a realização de inspeção física no local.
d) É um procedimento usual de auditoria independente das demonstrações contábeis.
e) Deve gerar uma ressalva no parecer dos auditores e constar das notas explicativas.
- 28- Uma circunstância que impede o auditor de emitir um parecer sem ressalva é:
- a) Chance remota de não realizar um ativo.
b) Limitação da extensão do seu trabalho.
c) Capacidade de a entidade auditada continuar suas operações.
d) A entidade acatar os desvios apurados pelo auditor.
e) Discordância quanto à prática contábil de efeito irrelevante.
- 29- Quando a chance de uma entidade incorrer em um passivo for provável, mas o montante não puder ser razoavelmente estimado, o auditor deverá emitir parecer:
- a) Com ressalva
b) Restritivo
c) Adverso
d) Com opinião qualificada
e) Com parágrafo de ênfase
- 30- Assinale a opção que contenha demonstrativos divulgados pelas companhias abertas no Brasil e que devem ser, obrigatoriamente, objeto da opinião de auditores independentes, de acordo com a legislação societária.

- a) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
 - b) Balanço Patrimonial, Balanço Social e Demonstração do Resultado do Exercício.
 - c) Balanço Patrimonial, Balanço Social e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
 - d) Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa.
 - e) Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa.
- d) No conjunto das sociedades coligadas e controladas, se o valor de mercado é igual ou superior a 25% do valor do patrimônio líquido da companhia investidora.
 - e) Em cada sociedade coligada ou controlada, se o valor contábil é igual a 5% do valor do patrimônio líquido da companhia investidora.

CONTABILIDADE AVANÇADA

- 31- Aplicações em Investimentos Temporários que apresentem características de liquidez imediata são classificadas no Ativo como:
- a) Valores Realizáveis
 - b) Não Circulante
 - c) Disponível
 - d) Permanente
 - e) Investimentos
- 32- O critério da avaliação contábil a ser aplicado aos títulos de crédito, e a quaisquer valores mobiliários não classificados como Investimentos Permanentes é:
- a) Custo corrente ou o de reposição
 - b) Custo histórico como base de valor
 - c) Custo original como base de valor
 - d) Custo ou mercado dos dois o menor
 - e) Custo de Realização acrescido dos rendimentos
- 33- De acordo com a Lei das S/A. nº 6.404/76, Art. 247, considera-se relevante o investimento:
- a) Em cada sociedade coligada ou controlada, se o valor contábil é igual ou superior a 10% do valor do patrimônio líquido da companhia investidora.
 - b) No conjunto das sociedades coligadas e controladas, se o valor corrente é igual ou superior a 20% do valor do patrimônio líquido da companhia investidora.
 - c) Em cada sociedade coligada ou controlada, se o valor de realização é igual ou superior a 15% do valor do patrimônio líquido da companhia investidora.
- 34- O método da Equivalência Patrimonial reconhece, na investidora, as alterações ocorridas nas empresas investidas quando estas afetarem:
- a) O Ativo Permanente das empresas Controladas.
 - b) O Patrimônio Líquido das empresas Investidas.
 - c) Os ativos não circulantes das companhias Investidas.
 - d) O Ativo Circulante das Controladas e Coligadas.
 - e) O Passivo Exigível de Longo Prazo das Investidas.
- 35- De acordo com a Instrução CVM 247/96, para determinação do cálculo do valor do Investimento e o respectivo cálculo da equivalência patrimonial não são excluídos
- a) todos os resultados apurados em venda de imobilizados e transferência de realizáveis ocorrida entre controladas, coligadas e a investidora
 - b) os resultados obtidos em transações realizadas com controladas indiretas e coligadas equiparadas
 - c) os lucros apurados em operações de venda de Imobilizados das empresas coligadas efetivas para a investidora
 - d) os prejuízos decorrentes de transações com a investidora, coligadas e controladas
 - e) quaisquer resultados obtidos em transações efetuadas entre investidora, coligadas e controladas
- 36- Os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa, segundo o texto da Lei 6.404/76, são classificados como:
- a) Investimentos
 - b) Contas a Receber
 - c) Diferido
 - d) Imobilizados
 - e) Disponibilidades

37- De acordo com a Instrução 247/96 da CVM, são consideradas participações societárias equiparadas às coligadas quando uma sociedade participa da outra

- com 5% ou mais do capital votante e mais de 20% do Exigível a Longo Prazo sem, entretanto, ocorrer dependência financeira
- com 10% ou mais do capital total da investida sem, entretanto, controlá-la, independentemente da participação total no Exigível da investida
- com 10% ou mais do capital votante sem, entretanto, controlá-la, independentemente da participação total do capital da investida
- com 10% ou mais do capital votante exercendo o controle econômico e administrativo, independentemente da participação total do capital da investida
- com 5% do capital votante sem, entretanto, controlá-la, independentemente da participação total do capital da investida

Utilizando apenas as informações contidas na tabela abaixo, responda às questões 38 e 39.

Quadro de composição acionária das companhias Mauá e Rondon:

Empresas	Composição do Capital			Total de ações
	Cia. Itararé	Cia. Caxias	Outros Acionistas	
Cia. Mauá	2.000	4.000	4.000	10.000
Cia. Rondon	16.000	2.000	2.000	20.000
Cia. Caxias	35.000	-----	15.000	50.000

38- O percentual de participação indireta da Cia. Itararé nas empresas Mauá e Rondon é:

- 28% na Cia. Mauá e 7% na Cia. Rondon
- 28% na Cia. Mauá e 20% na Cia. Rondon
- 7% na Cia. Mauá e 70% na Cia. Rondon
- 8% na Cia. Mauá e 28% na Cia. Rondon
- 18% na Cia. Mauá e 77% na Cia. Rondon

39- A Cia. Itararé tem uma participação total nas investidas na seguinte ordem:

- 70% na Cia. Rondon, 70% na Cia. Caxias e 38% na Cia. Mauá
- 87% na Cia. Rondon, 70% na Cia. Caxias e 48% na Cia. Mauá

- 70% na Cia. Rondon, 70% na Cia. Caxias e 20% na Cia. Mauá
- 67% na Cia. Rondon, 30% na Cia. Caxias e 40% na Cia. Mauá
- 10% na Cia. Rondon, 70% na Cia. Caxias e 40% na Cia. Mauá

40- Em circunstâncias que determinem situações que configurem a existência de perdas já previstas mas não contabilizadas pelas coligadas ou controladas, deve ser constituída uma provisão para perdas em Investimentos. Sobre esse assunto a Instrução CVM 247/96, em seu artigo 12 inciso II, estabelece como perdas potenciais

- responsabilidade formal ou operacional para cobertura de passivo a descoberto e tendência de perecimento de investimento
- elevado risco de paralisação de operações de coligadas e controladas e responsabilidade formal ou operacional para cobertura de passivo a descoberto
- eventos que resultarem em perdas não provisionadas pelas coligadas ou controladas em suas demonstrações contábeis
- perdas decorrentes de sinistros já ocorridos e ainda não registradas contabilmente pela controlada ou coligada
- tendência de perecimento do investimento e elevado risco de paralisação de operações de coligadas e controladas

41- O ágio na compra de investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial é determinado pelo valor pago que exceder

- ao valor de cotação em bolsa.
- ao valor patrimonial da ação.
- ao valor do capital da investida.
- ao valor do capital da investidora.
- ao valor do capital e reservas de capital da investida.

42- A contabilização do ágio/deságio verificado no processo de incorporação de controladora por sua controlada quando o fundamento econômico tiver sido a expectativa de resultado futuro, é feita:

- a débito de conta específica do ativo diferido quando se tratar de ágio
- a crédito de conta específica do ativo diferido quando se tratar de deságio
- a crédito de conta específica do ativo imobilizado quando se tratar de deságio

- d) a crédito de conta específica do ativo imobilizado quando se tratar de ágio
- e) a débito de conta específica do ativo imobilizado quando se tratar de ágio
- 43- Quando os laudos de avaliação indicarem que, no conjunto, o total apurado é inferior ao valor contábil dos ativos imobilizados, deve ser observado o seguinte procedimento.
- a) O reconhecimento do ativo deve ser feito com um lançamento de débito no ativo imobilizado e de crédito em uma reserva de lucro.
- b) Quando houver saldo na reserva de reavaliação o efeito negativo deve ser reconhecido, creditando-se a reserva de reavaliação no patrimônio líquido e debitando-se o valor da reavaliação no Ativo Permanente imobilizado.
- c) Quando de uma primeira reavaliação ou quando não houver saldo na reserva de reavaliação cabe o reconhecimento do efeito negativo.
- d) Quando de uma primeira reavaliação ou quando não houver saldo na reserva de reavaliação não cabe o reconhecimento do efeito negativo.
- e) Quando houver saldo na reserva de reavaliação o efeito negativo deve ser reconhecido, creditando-se a reserva de reavaliação no patrimônio líquido e debitando-se imposto de renda diferido.
- 44- Em um investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, a constituição da Reserva de Reavaliação de Ativo Imobilizado na investida origina o seguinte lançamento na investidora:
- a) Débito de “Ativo Permanente - Investimentos”, subgrupo “Reserva de Reavaliação de Coligadas e Controladas” e crédito de “Resultado do Exercício”, subgrupo “Resultado Apurado na Equivalência Patrimonial”.
- b) Débito de “Resultado do Exercício” subgrupo “Resultado da Equivalência Patrimonial” e crédito de “Ativo Permanente” subgrupo “Investimentos Avaliados pela Equivalência Patrimonial”.
- c) Débito de “Ativo Permanente - Investimentos” subgrupo “Investimentos Avaliados pela Equivalência Patrimonial” e crédito no “Patrimônio Líquido” subgrupo “Reserva de Reavaliação de Coligadas e Controladas”.
- d) Débito de “Ativo Permanente – Imobilizado” e crédito do “Patrimônio Líquido” subgrupo “Reserva de Reavaliação de Coligadas e Controladas”.
- e) Débito do “Patrimônio Líquido” subgrupo “Reserva de Reavaliação de Coligadas e Controladas” e crédito do “Ativo Permanente” subgrupo “Reserva de Reavaliação de Coligadas e Controladas”.
- 45- Todas as opções abaixo descritas são transações entre partes relacionadas, exceto:
- a) compras ou vendas de produtos/serviços, realizadas pela controladora, que constituem o objeto social da empresa controlada
- b) direitos de preferência à subscrição de valores mobiliários de empresas coligadas em condições favorecidas
- c) alienação ou transferência de direitos de propriedade industrial realizada sem qualquer tipo de benefício ou dependência
- d) quaisquer transferências não remuneradas efetuadas com empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico
- e) avais, fianças e hipotecas, depósitos e outras garantias concedidas a empresas de acionistas controladores
- 46- Qual das afirmações abaixo não é considerada como elemento que deve ser revelado, nas demonstrações contábeis, quando da divulgação das transações entre partes relacionadas.
- a) a natureza do relacionamento; eventualmente, o nome da parte relacionada, se for essencial para o entendimento do relacionamento
- b) descrição das transações, inclusive valores ou proporções e outras informações necessárias
- c) efeitos de quaisquer mudanças em relação a acordos, contratos entre dois exercícios, cujo valor seja relevante
- d) política de preços de produtos/serviços e de remuneração por transferência de recursos financeiros
- e) saldos de contas a receber entre empresas controladas, após a consolidação das demonstrações contábeis
- 47- A exigência de divulgação das transações entre partes relacionadas é dispensável quando
- a) essas transações ocorrerem entre empresas obrigadas a publicar demonstrações contábeis consolidadas

- b) da existência de empresas relacionadas não incluídas no processo de consolidação
- c) verificada a dependência mercadológica e financeira entre as empresas relacionadas
- d) na ocorrência de transferências não remuneradas entre as partes relacionadas
- e) as operações entre as partes relacionadas tenham ocorrido nas mesmas condições das operações realizadas com terceiros

Tomando como base unicamente as informações a seguir, responda às questões de 48 a 55.

I – Balanço Patrimonial:

	Controladora - A	Controlada - B
Ativo		
Disponível	95.000	125.000
Contas a Receber terceiros	120.000	
Contas a Receber intercompanhias		140.000
Estoques	70.000	20.000
Investimentos na controlada B	125.000	
Imobilizado	350.000	35.000
Total do Ativo	760.000	320.000
Passivo + Patrimônio Líquido		
Passivo		
Fornecedores terceiros	50.000	120.000
Fornecedores intercompanhias	140.000	
Outras contas a pagar	40.000	55.000
Patrimônio Líquido		
Capital	500.000	125.000
Lucros Acumulados	30.000	20.000
Total Passivo e Patrimônio Líquido	760.000	320.000

II – Demonstrações do Resultado de Exercício:

Demonstração de Resultados	Controladora - A	Controlada - B
Vendas	80.000	140.000
Custo das Vendas	(70.000)	(100.000)
Lucro Bruto	10.000	40.000
Resultado da equivalência	20.000	
Lucro Líquido	30.000	40.000

III – Outras informações adicionais:

- A controladora **A** constituiu a controlada **B** da qual tem 100% do capital.
- A controlada **B** vendeu para a controladora **A**, por R\$ 140.000,00, mercadorias que lhe custaram R\$ 100.000,00.

- A Controladora **A** vendeu metade dos estoques comprados da controlada **B** pelo preço de R\$ 80.000,00.
- No período foram distribuídos dividendos, pela controlada **B**, na ordem de R\$ 20.000,00.

48- Após a consolidação dos Balanços, o valor total das Contas a Receber é

- a) 260.000
- b) 140.000
- c) 80.000
- d) 120.000
- e) 20.000

49- Após a consolidação dos Balanços, o valor total das Exigibilidades é:

- a) 95.000
- b) 170.000
- c) 255.000
- d) 295.000
- e) 265.000

50- Após a consolidação dos Balanços, o valor dos Lucros Acumulados é:

- a) 40.000
- b) 30.000
- c) 50.000
- d) 80.000
- e) 140.000

51- Após a consolidação dos Balanços, o valor total do Ativo é:

- a) 720.000
- b) 815.000
- c) 1.080.000
- d) 795.000
- e) 700.000

52- No processo de consolidação das demonstrações contábeis, o valor do lucro não-realizado é:

- a) 50.000
- b) 40.000
- c) 30.000
- d) 10.000
- e) 20.000

53- O valor das Receitas de Vendas Consolidadas é de:

- a) 220.000
- b) 140.000
- c) 120.000
- d) 50.000
- e) 80.000

54- O valor do Custo das Vendas Consolidado é de:

- a) 30.000
- b) 70.000
- c) 50.000
- d) 100.000
- e) 170.000

55- O valor do Lucro Bruto Consolidado é de:

- a) 10.000
- b) 20.000
- c) 40.000
- d) 30.000
- e) 50.000

56- De acordo com a Instrução CVM 247/96, poderão ser excluídas da obrigatoriedade de Consolidação de Demonstrações Financeiras:

- a) todas as companhias abertas que tiverem mais de 30% do seu patrimônio líquido representado por investimentos em controladas
- b) todas as companhias abertas que tiverem menos de 30% do seu patrimônio líquido representado por investimentos em controladas
- c) sociedades controladas que apresentarem efetivas e claras evidências de manutenção da continuidade
- d) sociedades controladas que não se configurem como parte relacionada e não operem com a controladora
- e) sociedades controladas que apresentarem efetivas e claras evidências de perda de continuidade

57- No processo de elaboração da consolidação das demonstrações não são excluídos os(as):

- a) dividendos recebidos por conta de participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial
- b) vendas de qualquer natureza realizadas entre a empresa controlada e sua controladora
- c) vendas de serviços realizadas entre a empresa controladora e suas controladas

- d) receitas auferidas por conta de juros cobrados em contrato de mútuo realizado entre empresas do grupo
- e) lucros não realizados decorrentes de operações de venda de ativos entre as empresas do grupo

58- De acordo com a Lei 6.404/76 - Lei das S/A., incorporação é operação pela qual

- a) se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
- b) uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- c) a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim, ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, e dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.
- d) se unem duas ou mais sociedades sem formar uma sociedade nova.
- e) a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, sem extinguir a sociedade cindida.

59- Nos processos de fusão, cisão ou incorporação envolvendo companhias abertas a divulgação das condições de negociações deve ser feita:

- a) apenas aos acionistas minoritários, à Comissão de Valores Mobiliários, aos principais credores e às bolsas de valores 30 dias após a data da realização da assembléia geral que irá deliberar sobre o protocolo
- b) nos jornais utilizados habitualmente pela companhia e comunicada 10 dias antes da assembléia geral aos acionistas minoritários, ao Ministério da Fazenda e aos principais credores das companhias envolvidas
- c) apenas aos acionistas ordinários, ao Banco Central, aos principais credores e a todas as bolsas de valores, na data da realização da assembléia geral que irá deliberar sobre o protocolo de intenções
- d) dando destaque entre outros itens aos benefícios esperados de natureza patrimonial, empresarial, legal e financeira e demais efeitos positivos da operação bem como os eventuais fatores de risco envolvidos
- e) dando destaque apenas aos itens de natureza patrimonial, financeira e legal, no prazo de 30 dias após a realização da assembléia geral e publicando 90 dias após a assembléia

60- A transferência de recursos de caixa feita pela matriz para suas filiais gera o seguinte lançamento contábil, em cada uma das filiais.

- a) Conta Corrente Matriz
a Caixa
- b) Caixa
a Conta Corrente Matriz
- c) Caixa
a Conta Corrente Filial
- d) Conta Corrente Matriz
a Capital
- e) Capital
a Caixa